

LEVANTAMENTO DOCUMENTAL SOBRE A MORTE EM ACERVO DA INTENDÊNCIA: DELIMITAÇÃO DO ARQUIVO DE TESE

Fernanda Kieling Pedrazzi*

Resumo

Este trabalho traz a delimitação do arquivo de uma tese de doutorado em Letras, especificamente trabalhando o discurso dos atestados de óbitos, numa perspectiva de Análise do Discurso de Linha Francesa. Os documentos aqui destacados fazem parte do Tomo 13 do Fundo Intendência Municipal, preservado no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Faz um levantamento dos documentos assinados por homens que viveram na cidade de Santa Maria, localizada no centro do estado do Rio Grande do Sul, em 1896. Busca estabelecer um critério de recorte do arquivo com vistas a representar o Tomo. Ao final é apresentada uma análise preliminar de alguns dos documentos selecionados para comporem o *corpus* da pesquisa.

Palavras chave: Atestado de óbito. Discurso sobre. Documento. Língua. Morte.

Abstract

This paper presents the file delimitation of a doctoral thesis in Arts, specifically working on the discourse of death certificates from the perspective of Discourse Analysis of the French Model. These files belong to Volume 13 of Municipality Fund, retained in the Municipal Historical Archive of Santa Maria. The article identifies documents written by men who lived in Santa Maria, located in the center of the state of Rio Grande do Sul, during the year of 1896. It aims to establish a criterion for documents selecting to represent the Tome. At the end of the article is presented a preliminary analysis of some documents selected to compose the research corpus.

Keywords: Death certificate. Discourse. Document. Language. Death.

1 Introdução

Na concepção de Pêcheux (2010, p. 51), fundador da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, arquivo é “o campo de documentos pertinentes e disponíveis” sobre determinado assunto, necessários para o desenvolvimento de uma determinada pesquisa. Este trabalho faz parte de uma tese¹ de doutorado em Letras, em uma linha chamada Análise do Discurso Francesa, e percorre os caminhos do processo de

* Professora Assistente do Departamento de Documentação do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria.
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, na área de Estudos Linguísticos.
fernanda.pedrazzi@gmail.com

¹ “Atestar o óbito, discursivizar a morte”, orientada pela professora Amanda Eloina Scherer, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras (CAL) da UFSM, área de Linguística, linha de pesquisa denominada “Língua, sujeito e história”.

produção de sentido estudados na AD tendo como foco um conjunto de 86 documentos que compõem o livro “Óbitos” (1896) do Fundo Intendência (período que abrange os anos de 1892 a 1929).

O objetivo do trabalho é levantar os documentos pertinentes para a construção e desenvolvimento de uma tese de doutoramento em Letras, reconhecendo-os, de modo que se possa proceder a uma análise do discurso sobre a morte a partir daquele conjunto documental em que homens atestam a morte de outros homens. O olhar é fixado na articulação da “linguagem com a ideologia” tão trabalhada por Eni Orlandi nos textos de AD que circulam no Brasil.

2 Metodologia

Buscando organizar o trabalho de tese relativo ao tema discurso sobre a morte, foi feito um levantamento preliminar procurando conhecer o acervo disponível no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

A partir do reconhecimento das possibilidades facilitadas de acesso a um determinado fundo, o Intendência Municipal, devido a já estar digitalizado e descrito², e cujo conteúdo contemplava documentos sobre a morte, optou-se por privilegiar este Fundo Documental e parte de seus documentos no estudo.

O procedimento metodológico inicial desta pesquisa foi o estudo dos documentos do Fundo, especificamente do Tomo 13, cujo conjunto se refere a um só ano do final do século XIX. A partir deste já se obteve alguns resultados interessantes do ponto de vista do estudo social do referido acervo e da análise preliminar do discurso sobre a morte que estão a seguir apresentados.

3 Análise e discussão dos resultados

² Os trabalhos arquivísticos de descrição e digitalização seguiram-se em 2010 e 2011, nesta ordem, e foram realizados a partir de projetos propostos por professores do Departamento de Documentação, executados com auxílio de acadêmicos de Arquivologia bolsistas e voluntários, ligados ao CESH/UFSM.

Malidier e Guilhaumou (2010, p. 182) explicam que, de modo clássico, a AD “permite colocar em evidência as estratégias discursivas que se desenrolam no acontecimento” e que de modo novo estaria no “retorno ao arquivo”. Assim, ao privilegiar, para este estudo, um conjunto de documentos que formam um arquivo preservado em uma instituição pública, que se constitui em um Arquivo Histórico Municipal, há uma diferenciação quanto à perspectiva de pesquisa, oportunizando que novos olhares sejam permitidos a partir deste retorno, literalmente, aos arquivos, revisando a memória coletiva social.

Arlette Farge (2009, p. 118), ao discorrer sobre o que se encontra nos arquivos, sobre seu conteúdo, vivo, pulsante, afirma que “com certeza há meio, pela simples escolha das palavras, de produzir abalos, de desmentir evidências, de inverter o habitual fio indulgente do conhecimento científico (...) marcando lugares onde o sentido se desfez, produzindo ausência lá onde reinam certezas”.

Para que isso aconteça, no entanto, é preciso que novos sujeitos se sintam interessados em olhar, ler, analisar o discurso daqueles que já passaram, já não estão aqui para controlar, tentar fechar os sentidos do que foi dito e escrito por eles. Segundo Orlandi (2010, p. 82) o “dispositivo teórico da análise do discurso” inaugurou novas maneiras de ler considerando o dito e o não dito (como o implícito e o silêncio), e ainda “o que já foi dito mas já foi esquecido” e tem efeito na atualização. A autora ressalta que o analista deve atravessar a linearidade das relações de um texto com outros, para “encontrar o modo como se organizam os sentidos” (ORLANDI, 2010, p. 89). Avancemos, pois, nesta direção, porém, antes conhecendo um pouco onde está preservado o arquivo e, por conseguinte, auxiliando a definir o *corpus* trabalhado nesta Tese “Atestar o óbito, discursivizar a morte”.

3.1 O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e os documentos analisados

Os arquivos públicos são importantes espaços de guarda documental. Nas palavras de Araújo (1985, p. 7) estes arquivos “legitimam, no Brasil, as ações do presente, através do uso de seus documentos permanentes (ditos históricos) ou intermediários (isto é, documentos *intermediários* entre a consulta corrente, imediata,

ainda ligados potencialmente ao órgão que os produziu, e seu arquivamento definitivo).”

O Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, hoje localizado no Bairro Nossa Senhora de Fátima, mais especificamente na Rua Appel, junto ao complexo da Secretaria de Município da Cultura (formado ainda pela Biblioteca Municipal Henrique Bastide), foi criado em 1958 a partir da Lei nº 784 de 22 de dezembro.

De acordo com a Lei Municipal nº 3568 de 16 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, em seu artigo 2º “ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria compete I - a proteção do patrimônio documental histórico” como também “VI- a descrição e divulgação de seu acervo, através de instrumentos próprios”. Segundo informações de sua página na Internet³, a Instituição “constitui-se num importante lugar de memória acerca da história local e regional” que conta não apenas com documentos mas também com objetos relacionados à história local, regional e nacional.

Dentre os documentos que guarda em seu acervo, alguns referem-se aos poderes públicos Legislativo (Fundo câmara municipal – de 1868 a 1889); Executivo (Fundo Junta intendencial - 1889 a 1892, Fundo Intendência - 1892 a 1929, e Fundo Prefeitura Municipal – de 1929 a 1975); e ainda Poder judiciário (reunindo processos crime de 1910 a 1946).

O foco da pesquisa está em documentos do Executivo, Fundo Intendência Municipal, que se estendeu de 1892 até 1929, mais especificamente à tipologia⁴ “Atestado de óbito” encontrada no Tomo 13 de 1896, já descrito e digitalizado (através de projetos realizados com o apoio do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria⁵). Esta medida não apenas permitiu o acesso facilitado à cópia digital à pesquisadora como também, conforme consta na literatura da área, teve a finalidade

³ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Disponível em: <<http://ahmsm.blogspot.com.br/p/sobre.html>>. Acesso em: 20 out. 2012.

⁴ Tipologia ou tipo documental é a “divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 163).

⁵ Projeto de Descrição (Disponível em: <<http://ahmsm.blogspot.com.br/2011/05/projeto-de-extensao-do-arquivo-com-ufsm.html>>. Acesso em: 15. out. 2012) e Projeto de Digitalização (PROJETO FIEX/UFSM/2011. Disponível em: <<http://ahmsm.blogspot.com.br/2012/06/projeto-fiexufsm2011-digitalizacao-do.html>>. Acesso em: 15 out. 2012).

de “preservar seu acervo, poupando-o de um manuseio não-raro descuidado” (ARAÚJO, 1985, p. 7).

Segundo a Diretora do Arquivo Histórico⁶, existem mais três livros com a tipologia atestado de óbito na Instituição (no Fundo Câmara Municipal, na caixa 1 - 1838 a 1893, e no Fundo Prefeitura Municipal, nas caixas 82 - 1936 a 1938 - e 103 - 1939 a 1945), porém estes não têm trabalhos arquivísticos previamente realizados, o porquê da escolha pelo Tomo 13 do Fundo Intendência. No mesmo conjunto existe um outro Tomo com documentos de mesma natureza porém estes não estão nesta pesquisa devido ao fato de serem de dois anos diferentes sendo que este tomo escolhido, o 13, tem apenas documentos de 1896, formando um conjunto único. Os demais documentos deverão ser considerados em outro trabalho, ligado à tese “Atestar o óbito, discursivizar a morte”, em andamento.

3.1.1 Levantamento preliminar do “arquivo”

A compreensão do funcionamento do discurso sobre a morte é apenas um meio de fazer valer o dispositivo teórico da AD para uma materialidade que esteja ligada à história local preservada em uma instituição arquivística. A prática de leitura de um arquivo, por sua vez, pode se dar de maneira diversificada, plural, dados os “interesses históricos, políticos e culturais” indicados por Pêcheux em “Ler o Arquivo hoje” (PÊCHEUX, 2010, p. 59). Silveira (2000, p. 124) atenta para a necessidade de o analista do discurso “fazer um reconhecimento de suas [do objeto de análise] condições de produção”. Iluminada pelas palavras da autora é o que se pretende nesta análise: alcançar esta meta, superar o traçado e adentrar no como se diz, no funcionamento do discurso.

Com relação ao espaço tempo deve-se salientar que os documentos que fazem parte do arquivo da pesquisa foram redigidos em Santa Maria, cidade localizada no centro de estado do Rio Grande do Sul, nos meses de dezembro, março e maio de

⁶ DANIELÉ CALIL. **Livro de Registro de Óbitos**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por fernanda.pedrazzi@gmail.com. 06 set. 2012.

1896. Eles estão compõem um conjunto de 86 documentos manuscritos, não estão em ordem cronológica regular e estão reunidos em uma encadernação presente no Arquivo. Os documentos deste Tomo formam a materialidade deste trabalho, tomada por Orlandi (2010, p. 53) que a relaciona com a forma material “onde não se separa forma e conteúdo: forma lingüístico-histórica, significativa”. É devido ao conteúdo informacional geral encontrado na tipologia estudada que se percebe o uso dos atestados de óbito pela Intendência (controle de sepultamento grátis no cemitério local). Os documentos do Tomo 13, redigidos inclusive por médicos e intendente, eram usados na administração da Intendência de Santa Maria para justificar o sepultamento grátis, autorizado pelo Intendente em despacho as margens dos atestados.

Ao olhar para os sujeitos que atestam a morte, a primeira constatação a considerar é que somente homens assinam os documentos. Ao todo aparecem 69 nomes diferentes entre escreventes, testemunhas da morte ou testemunha da testemunha (à rogo). Dentre aqueles que assinam os documentos, são encontrados médicos, e assinam nove profissionais em 56 atestados, delegado de polícia, tenente e alferes da Brigada Militar (juntos), Intendente, sendo que Vale Machado assina cinco documentos que endereça ao responsável pelo cemitério, e de quem não consta o nome), aparece o “eu” em dois documentos assinados por cidadãos comuns e o coletivo “nós” em 21 documentos. Quando encontramos o “nós”, este coletivo varia de cinco a duas pessoas.

Do conjunto de documentos, apenas cinco não possuem o despacho da intendência justamente por ser de autoria do próprio intendente Francisco de Abreu Vale Machado, e foram preservados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, junto com os demais 81 documentos, por representarem parte das funções da instituição administrativa denominada Intendência, órgão que equivale, hoje, à Prefeitura Municipal.

3.1.1.1 O cidadão comum

Considera-se neste trabalho como cidadão comum aquela pessoa que assina, sozinho ou com outros, documento que ateste a morte de alguém e que faça parte do

Tomo 13 do Fundo Intendência. Este, para ser cidadão comum, no entanto, não pode possuir nenhuma designação outra junto de sua assinatura informando que está representando profissão ou cargo institucional. Pode-se dizer, portanto, que são considerados cidadãos comuns todos aqueles que não são autoridades, e observa-se que aquelas que constam são médico, delegado de polícia, tenente ou alferes da Brigada Militar ou intendente.

Dentre os 56⁷ nomes diferentes de cidadãos comuns que constam nos atestados (dois deles assinam dois documentos), aparecem os seguintes quantitativos quanto a sua posição (individual ou coletiva) nos documentos (em número de 23) do Tomo 13, conforme consta no Quadro 1:

Quadro 1 – Cidadãos comuns que assinam atestado de óbito no Tomo 13

Nº de pessoas	Nº	Nº DE ORDEM DO DOCUMENTO COM DATA (Ano de 1896)
01	02	35 (03/02); 54 (15/03)
02	12	10 (16/12); 17 (07/12); 27 (23/02); 32 (08/02); 36 (21/02); 39 (27/04); 42 (15/04); 47 (02/04); 48 (16/03); 58 (10/03); 60 (1º/03); 64 (25/05)
03	08	8 (21/12); 43 (13/04); 46 (04/04); 67 (11/05); 72 (27/01); 77 (21/01); 79 (13/01); 81 (11/01)
05	01	7 (23/12)

Fonte: Elaboração própria.

É preciso salientar, porém, que há pelo menos um caso (documento 8) em que aparecem nomes de testemunhas, com a letra do escrevente, e que, portanto, são apenas citadas não havendo prova, por assinatura, de que testemunhara, de fato, senão pela palavra de outro, a morte nas condições em que é relatada.

Outros casos curiosos são aqueles em que é feita a assinatura por outro no lugar de alguém que não sabe ler nem escrever. Nestes casos esta informação fica explícita acompanhada de fulano “por” sicrano (documento 10) ou então usa-se a expressão “à rogo de” que quer dizer “à pedido de” ou “em nome de” (documento 39).

⁷ Três dos nomes considerados nestes 56 são daqueles que assinam à rogo de quem não sabe ler e escrever. Decidiu-se contá-los pois são pessoas que marcam sua passagem nos registros e estavam presentes nos acontecimentos devido as circunstâncias que envolvem as testemunhas.

3.1.1.2 O intendente

Mas nem só de cidadão comum se faz o discurso sobre a morte e, em consequência, sobre a vida de uma cidade. Uma das autoridades que se faz presente através de seu discurso no arquivo selecionado é o intendente municipal Francisco de Abreu Vale Machado, que dá seu despacho nos demais documentos.

Como figura máxima de autoridade local, o intendente, é considerado o sujeito dividido de que nos fala Pêcheux (2012, p. 230) e esta divisão fica “como marca da sua inscrição no campo do simbólico”. Pela figura de poder que representa na localidade percebe-se a relevância de considerar seu discurso na análise de modo a interpretar o que diz sobre a morte e como diz, do lugar que ocupa na sociedade local.

A expressão do intendente por escrito ficou registrada em várias tipologias documentais guardadas no Arquivo Municipal sobre aquele período e o seu discurso sobre a morte está preservado em cinco documentos (dos meses de março, maio e dezembro) que assinou no ano de 1896, guardados no Tomo 13 “Óbitos” enquanto estava transitando entre a sua primeira e segunda experiência como intendente em Santa Maria.

Neste conjunto documental ele redige e assina. Ele, enfim, discursiviza a morte. Para Orlandi (2010, p. 53) “o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado pela língua e, de outro, pelo mundo [...] por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas”. É nesta apresentação da ideologia presente para o intendente que o seu dizer significa.

3.1.1.3 O médico

Este trabalho, por tratar de discurso sobre a morte, tangencia a história da medicina no Brasil e do Rio Grande do Sul uma vez que se dispõe, inclusive, a analisar o discurso médico sobre a morte uma vez que grande parte dos documentos (56 atestados) é assinada por médicos.

Ao todo nove médicos atuantes em Santa Maria em 1896 deixaram suas impressões sobre a morte em atestados de óbito entregues para a Intendência. O Quadro 2 indica quem eram e quantos documentos deixaram no Tomo estudado.

Quadro 2 – Médicos que assinam atestado de óbito no Tomo 13

NOME	Nº de documentos	Nº de ordem
Affonso Emertz	4	1, 2, 4, 12
Alexandre Mouram	4	25, 28, 31, 78
Astrogildo Cesar de Azevedo	11	14, 22, 29, 30, 40, 45, 53, 56, 62, 65, 71
Henrique Grave	11	23, 34, 37, 44, 59, 61, 63, 73, 76, 80, 86
João Carlos Correa	3	3, 6, 19
João Carlos Meneses Souza	3	38, 49, 70
Joaquim Mendonça Sodré	2	5, 11
Romão Lopes da Rosa	12	15, 18, 20, 24, 51, 55, 66, 74, 75, 82, 84, 85
Pantaleão José Pinto	6	16, 26, 33, 41, 69, 83

Fonte: Elaboração própria.

Um dos médicos de destaque, com 12 atestados assinados ao longo do ano de 1896, é Romão Lopes da Rosa, aparece em registros cartoriais⁸ como “pharmaceutico”. Já nos documentos 15, 18 e 20, se identifica como médico. Os referidos documentos são de dezembro de 1896. Nos demais documentos (que são dos meses de janeiro, março e maio) assina apenas o seu nome, sem identificar profissão. Depois de Romão, os médicos com maior número de atestados são Henrique Grave e Astrogildo Cesar de Azevedo, ambos com 11 documentos. Este último se faz presente vividamente na memória da medicina local em Santa Maria por ter fundado um hospital, de Caridade, que tem como apostado seu nome e funciona até os dias de hoje.

⁸ Em 28 de agosto de 2012, na expectativa de cruzar dados, foi feita uma visita ao Cartório de Registro de Santa Maria (através de contato com Roberta Gerzon) para leitura do livro C1 – 10/09/1889 até 20/02/1899 (de título Registro de Óbito) sendo que os registros do ano de 1896 (correspondente ao Tomo 13) têm início na folha 115v2 sob o número 401. à época, o oficial responsável era José Borja de Sant’ Anna. Ao todo são 44 registros de óbito presentes no livro.

Apesar de ser porto-alegrense, Astrogildo Cesar de Azevedo clinicou em Santa Maria e viveu quase até os 80 anos. Astrogildo é cadeira nº 5 entre os patronos da Academia Sul-rio-grandense de Medicina, diplomou-se na Faculdade do Rio de Janeiro em 1889 “desembarcando na pequena cidade de Santa Maria, em 25 de janeiro de 1890” (ACHUTTI, 1999, p. 47), com apenas 22 anos. Segundo conta Achutti, com uma pandemia de gripe em ataque apenas após um mês de sua chegada à cidade, “engajou-se na luta do atendimento à multidão de doentes. Foi assim que a virose o ajudou a estabelecer uma clínica que se solidificou com o tempo, praticando a medicina por mais de 50 anos” (ACHUTTI, 1999, p. 48).

Dentre os médicos que clinicaram na cidade naquele fim de século vale lembrar que um dos que emitiu atestado, porém com menor expressão (apenas três documentos no conjunto) é médico-capitão do exército, diferenciando-se dos demais.

3.1.2 Organização em *corpus* em categorias, a seleção de documentos e os recortes

Tendo em vista o tamanho do arquivo, 86 documentos, e que cada documento tem em média 10 a 12 linhas, sendo que há a dificuldade da leitura ao manuscrito, se optou por criar critérios para delimitar o *corpus*, reduzindo-o. Assim, a análise lança um gesto de leitura sobre as formulações de alguns dos 86 atestados e não sobre todos os guardados pela Intendência e preservados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. É nestes documentos que se pretende observar não apenas o discurso sobre a morte como também a movência de sentidos e o atravessamento da ideologia no discurso.

Mediante o que já foi exposto anteriormente sobre a questão da autoria e das testemunhas entende-se que tendo como entrada os sujeitos que assinam documentos, formaram-se dois grandes grupos: atestados assinados por cidadãos comuns e atestados assinados por autoridades. Esta medida foi importante para que se pudesse definir que documentos fariam parte da análise da Tese.

No primeiro grupo se enquadram 23 documentos, ou seja, 26,8% do total é de documentos assinados por cidadãos comuns. No segundo, os demais documentos (73,2%) sendo que havia oportunidade de escolher entre atestados de médicos,

intendente, delegado de política e tenente da Brigada. Dos 63 documentos, 88,9% são de médicos e cerca de 8% é de autoria do intendente. Aos demais casos restam os outros 3,1%.

Caso considerasse o percentual de 20% de todos os 86 documentos, por considerar um percentual significativo como amostra, chegar-se-ia a 17 documentos (arredondando). Porém optou-se por selecionar 20% de cada grande grupo, para que fique equilibrado de acordo com a incidência em cada caso, chegando-se aos seguintes números expostos na Tabela 1:

Tabela1: Número de documentos do arquivo e do *corpus* da pesquisa

	Arquivo		Corpus (20%)	
	Nº Total	Percentual geral	Nº Total	Nº Aproximado
Cidadão comum	23	26,8%	4,6	5
Autoridades	63	73,2%	12,6	12
Nº de documentos	86			17

Fonte: Elaboração própria.

Para chegar aos 17 documentos, foi preciso arredondar os números para mais, no caso do menor, e para menos, no caso do maior. Dentro de cada um dos dois grupos procedeu-se a uma escolha particular para que houvesse representantes das mais diferentes autorias possíveis. Desse modo, no grupo 1, denominado, a partir de agora como Grupo dos Cidadãos Comuns (GCC), optou-se por documentos com uma (01 documento), duas (02 documentos), três (01 documento) e cinco pessoas (01 documento) assinantes totalizando os cinco documentos previamente definidos. A ordem de encadernação foi considerada para determinar que documentos seriam selecionados, optando-se por aqueles que estivessem, em cada categoria, em primeiro lugar. Somente no caso de documentos com dois assinantes (que tinham maior número) foram selecionados dois documentos, e não um. Dessa forma, a partir do que se encontra no Quadro 1, chegou-se aos seguintes documentos e autores e testemunhas expostos no Quadro 3:

Quadro 3 – Documentos de cidadãos comuns (GCC) que fazem parte do *corpus*

Nº de pessoas/ Nº de documentos selecionados	Nº do documento	Data	Autoria/testemunha(s)
01/01	35	03/02/1896	Alexandre Gomez
02/02	10	16/12/1896	Thomas Ramos Silva de Siqueira (t) (Por) Sibirino Correia de Mello (t/ n a) Camillo Castelo Preto (e)
	17	07/12/1896	Luiz Germani Lozefo (?) Degimuni
03/01	8	21/12/1896	Jose Ângelo Correa (e) Celestino de Souza Bueno (t/ n a) Manoel Ambrosio de Camargo (t/ n a)
05/01	7	23/12/1896	Antonio Francisco Petters (e) Germano Correa da Silva Fa {...} Fagundes Fioravante Brazil Pacheco João Azevedo

Fonte: Elaboração própria.

No segundo grupo, denominado, a partir de agora, como Grupo das Autoridades (GA), seguiu-se a mesma lógica do GCC para alcançar o maior número de autoridades assinantes em 12 documentos. Optou-se por um documento de cada um dos nove médicos (que são a maioria dos que produziram atestados de óbito, como já salientado anteriormente), e um documento de cada um dos outros tipos de autoridade: delegado de polícia, tenente da Brigada (que assina colocando como testemunha um alferes) e intendente. Os documentos selecionados são sempre aqueles que aparecem primeiro na encadernação, em cada um dos casos.

Depois de definida a forma de seleção, a partir do que se encontra no Apêndice A, chegou-se ao seguinte grupo de documentos para formar o *corpus* do GA (Quadro 4):

Quadro 4 – Documentos de autoridades (GA) que fazem parte do *corpus*

Tipo de Autoridade/ Nº de documentos selecionados	Nº do documento	Data	Autoria
Médico/09	1	31/12/1896	Affonso Emertz
	25	21/02/1896	Alexandre Mouram
	14	09/12/1896	Astrogildo Cesar de Azevedo
	23	25/02/1896	Henrique Grave
	3	30/12/1896	João Carlos Correa
	38	28/04/1896	João Carlos Meneses Souza
	5	24/12/1896	Joaquim Mendonça Sodré
	15	08/12/1896	Romão Lopes da Rosa
	16	07/12/1896	Pantaleão José Pinto
Intendente/01	9	19/12/1896	Francisco de Abreu Vale Machado
Delegado de Polícia/01	13	11/12/1896	Carlos David Haag
Tenente da Brigada Militar (tendo alferes como testemunha)	21	27/02/1896	Napolião Jose Pinheiro e Grigori Prestes

Fonte: Elaboração própria.

A escolha de se ter pelo menos um documento que represente cada uma das diferentes autoridades (e um documento de cada um dos médicos) possibilita reconhecer movimentos na expressão da língua próprios de cada relação de poder /categoria profissional, tendo como real a sua inscrição na história a partir da noção de formação discursiva. É importante salientar que dois se diferenciam: o “Médico Capitão” do exército e o médico que se revelou como “farmaceutico” (de acordo com o cruzamento de informações levantadas para esta Tese).

Pelo fato da maioria dos documentos ser assinada por médicos (9 de 17) são consideradas na Tese as ideias de ciência e de cientificidade pois tratam-se de questões chave quando se focaliza o que um médico diz sobre a morte tendo em vista que se imagina que este tem uma posição de ciência na sua exposição para a sua comunidade.

Entre os documentos do GA, apenas um tem mais de um nome, sendo incluída, além do escrevente, que é um tenente, uma testemunha: um alferes, “antigo posto militar correspondente ao atual segundo-tenente” (BUENO, 2007, p. 46), ou seja, alguém com patente mais baixa.

Uma vez definido o *corpus*, os 17 documentos selecionados passam a ser investigados quanto ao seu conteúdo informativo, ou seja, quanto a que morte relatam e atestam e de que modo isso acontece. Para tanto, se tornou necessário proceder à transcrição dos mesmos. É a partir das transcrições que são selecionados os recortes

para a análise de sequências discursivas aqui tomadas por Courtine (2009, p. 55), ou seja, como uma sequência oral ou escrita que têm dimensão superior a uma frase e que depende “dos objetivos conferidos a um tratamento particular”. Ao se constituírem como enunciadores, cada um dos 26 assinantes/testemunhas (13 no GCC e 13 no GA) trazem consigo uma posição de sujeito no mundo.

3.1.3 A análise preliminar do *corpus*

Acreditando que, conforme cita Silveira (2002, p. 122), “a leitura do arquivo deve ser antes de tudo um ato político no interior de um espaço de leitura polêmico, onde se produzem e se reproduzem discursos”, que este gesto é “individual” e que ao ler “nos apropriamos do documento/monumento (enquanto unidade de análise) e produzimos o *gesto de leitura* particular que já é um *gesto de interpretação*” (SILVEIRA, 2002, p. 123) passa-se para a análise de sequências discursivas selecionadas nos 17 documentos (de número 1, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 23, 25, 35 e 38) que formam o *corpus* selecionado para a já referida Tese.

Para fazer um gesto de leitura individual sobre as formulações dos escreventes (autores) que assinam, sozinhos ou acompanhados, os atestados de óbito em 1896, buscou-se primeiro conhecer um pouco sobre aqueles que tinham a morte discursivizada nos documentos selecionados para este estudo e que até o momento encontram-se preservados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Primeiramente, no que tange a descrição do conjunto aqui tomado, nota-se que os meses dos óbitos estão em desordem cronológica na encadernação do Tomo 13. Inicia com o documento mais recente (dezembro) pulando para o segundo, terceiro e quarto documentos mais antigos, com desordem interna e encerrando com o mais antigo (janeiro). Portanto não há uma lógica. Os meses (seis deles daquele ano de 1896) aparecem nesta ordem: Dezembro, Fevereiro, Abril, Março, Maio e Janeiro. É possível que tenham sido perdidos documentos dos demais meses ou então que ele não tenha atestado nenhuma morte naqueles meses para a Intendência. Nos documentos do *corpus*, no entanto, só se tem os meses de dezembro (13), fevereiro (04) e abril (01).

Quanto aos aspectos formais de apresentação da grafia da língua é interessante apontar que quanto à pontuação os autores usam Ponto (nem sempre usa o ponto final, por exemplo, em data), o Ponto e vírgula e a Vírgula. Sobre a acentuação, o uso de acento e de crase muda de documento para documento mesmo utilizando as mesmas palavras. É usado ainda o apóstrofe na junção de palavras como de + este (“d’este”) e formas abreviadas que não são mais vistas como “Dez’bro” ou “10bro”. Quanto ao emprego de letras maiúsculas e minúsculas, os meses do ano se apresentam em maiúsculas. As doenças informadas têm variação no uso de minúscula e maiúscula.

Sobre os sujeitos falecidos, quanto à sexo tem-se 10 mulheres e sete homens. Destas pessoas, nove não têm cor identificada, quatro são brancas, uma preta e três são identificadas como pardas, mulata e cor morena. O grupo é formado por dois adultos, um adolescente (de 15 anos) e treze crianças (5). Dentre estas últimas, 10 têm um ano ou menos. Entre os adultos há uma pessoa com 57 e a outra se trata de um “velho estrangeiro”.

Com relação as doenças que geraram as mortes, algumas delas são: “*cholera* infantil”, “infecção”, “entero-colite” “*asphyxia* secundaria”, “*bronchite capillar*”, “mal de sete dias”, “gastro enterite” e “enterite”. Há ainda, nos documentos do *corpus*, a morte natural e a de causa ignorada. Nota-se uma prevalência por termos em inglês para a identificação da moléstia. Esta característica pode ter relação com o avanço da medicina na época em países de língua inglesa sendo referência para a medicina praticada no Brasil cujo ensino não contava nem com meio século de desenvolvimento.

Há formulações pré-concebidas para atestar a morte e situá-las fazendo referência ao tempo (“hontem” ou “hoje”). Também, em alguns casos, é feita referência à hora do acontecimento ou, pelo menos, definindo o período do dia (“madrugada”, “manhã”, “tarde”, “noite”); usa um verbo que designa o ocorrido (“falleceu” ou “morreu”); traz o nome do sujeito de que se relata a morte (completo, ou só primeiro nome); informa a cor (“branco”, “pardo”, “preta” ou outra designação); e a idade (quando conhecida). Nos casos de menores de idade, a maioria, indicam a paternidade e o estado civil. Há a indicação da naturalidade (em um dos casos o falecido era de outro estado – Paraná, em outro, era estrangeiro) com a forma “d’este Estado”.

Os atestados constam de data (topológica e cronológica) e assinatura do escrevente e de algumas das testemunhas. Os médicos, por exemplo, acrescentam o “Dr.” ou a designação “médico”. No caso do intendente, em que a apresentação do documento é mantida nos cinco exemplares redigidos por ele (em folha com pauta, com caneta tinteiro), ao término de todos os documentos o signatário identifica-se como “O Intendente”, colocando sua assinatura (apenas o sobrenome que se não fosse acompanhado da designação “O intendente” poderia ser confundido com um de seus filhos⁹. A data, no documento 9, é posta entre o texto, propriamente dito, e a assinatura.

Somente o intendente tem como destinatário “O encarregado do cemitério”, sendo que nos demais 16 casos o destinatário é o intendente que representa a Intendência. No caso do encarregado, citado pelo intendente, este não tem seu nome revelado talvez haja variação do encarregado ou apenas pelo fato de não ser alguém conhecido do Intendente devido à função que ocupa.

Os documentos que são dirigidos para a Intendência e/ou para o Intendente tem um despacho da intendência, assinado por Vale Machado, transcrito como “Dê-se sepultura” e “Sepulte-se”. Normand (2012, p. 133) diz que os “enunciados recebem seu sentido da formação discursiva em que são produzidos; é a formação discursiva que interpela o indivíduo como sujeito”. A autora defende que os mesmos enunciados em formações discursivas (FD) diferentes têm sentidos diferentes. Numa FD em que o intendente representa o poder local, ao demais resta cumprir a ordem. A posição sujeito do intendente permite este olhar para aquilo que discursiviza.

No caso do intendente, há uma diferença para os demais porque há uma ordem/autorização do intendente ao recebedor documento, seja ele o encarregado do cemitério ou outra pessoa qualquer. Esta, por si só, é uma marca em relação a outros documentos do mesmo conjunto que somente se limitam a relatar a morte e os dados do morto. Outra diferença é que é desnecessário um trâmite intermediário para adquirir a autorização para a sepultura gratuita. De acordo com a pesquisa de Karsburg Vale Machado foi “um dos mais destacados personagens do partido

⁹ Em 1896 os filhos gêmeos de Vale Machado, Ignácio Monteiro do Vale Machado e João Monteiro do Vale Machado tinham 35 anos e se envolviam em questões políticas na cidade conforme texto de Karsburg (2007).

[Republicano] em Santa Maria na época em que os republicanos assumiram o poder, em 1889” (2007, p. 179). Ele faz uso desta diferença e ordena dar sepultura, exercitando sua condição, seu poder político.

Tendo em vista que o sujeito Vale Machado, em função autor no documento 9, escreve sobre aquele que morre. Guimarães (2007, p. 81), ao discorrer sobre o Domínio Semântico de Determinação (DSD) diferencia designação e referência, esta que, para ele, funciona como denotação. A designação, segundo o autor, é “aquilo que é significado por esta palavra, em virtude de sua relação (da palavra) com outras palavras, dada a história de suas enunciações”, sendo, portanto, instável (mesmo funcionando em um enunciado com certa estabilidade). Em resumo, Guimarães diz que “a referência é uma particularização de algo, em certas condições, e que a designação é o modo pelo qual o real é significado na linguagem” (GUIMARÃES, 2007, p. 82).

O falecido é dito por Vale Machado como “cadaver” no documento de número 9, em que o morto, por suas palavras, é um “velho estrangeiro”, sem nome. É apenas um “velho estrangeiro”. Guimarães (2005, p. 33) nos esclarece, ao tratar do nome próprio de pessoa, que há uma relação nome/coisa, na medida em que a relação é nome/pessoa, nome/falante, nome/sujeito”. No caso, não há nome e nem mesmo sobrenome a ser determinado. O autor diz que um locutor-pai nomeou no passado e que lhe é “negado o direito de não nomear”. Ao colocar em funcionamento um nome próprio, ele (o sujeito falante ou que escreve) “recorta um memorável (...) relaciona um nome a uma pessoa” (GUIMARÃES, 2005, p. 42). Porém ao não usar o nome próprio, no caso do intendente, há um apagamento da memória do nomear de um pai, de uma família, de uma história de vida. É apenas um velho. É apenas um velho estrangeiro. Soa como se dissesse: nem faz parte de nossa gente, da nossa pátria, da nossa língua, porque lembrar seu nome?!

Nota-se, inclusive no caso do nome próprio, que, como refere Orlandi (2010, p. 52), há incompletude não apenas de informações como também dos sujeitos e dos sentidos. Eles “constituem-se e funcionam sob o modo de entremeio, de relação, da falta, do movimento”. Esta falta é a abertura do discurso. Quão “velho” é o estrangeiro? “Velho” em relação ao sujeito que diz? Há um deslocamento de sentido que não é

passível de ser absorvido pois a língua não é engessada. Petri explica que “quanto à produção dos sentidos, entendemos que implica ainda a inscrição dos sujeitos em determinada formação discursiva e as singulares relações que cada sujeito estabelece com as formações ideológicas às quais está ‘livremente’ submetido” (PETRI, 2010, p. 69). A FD da qual faz parte o intendente, figura de autoridade máxima local, fica mais explícita a partir da forma como ele designa. No caso das crianças, há o uso da palavra “innocente”.

O que é fato é que o GA, que tem as autoridades (médico, intendente, delegado), dispensa o acompanhamento de testemunhas (quando assinam duas ou mais pessoas no GCC) e o uso de formulações do tipo “atestamos e juramos se preciso for” (como no documento 7) ou outras similares.

4 Considerações finais

A partir da exploração do acervo presente no Arquivo Histórico e da análise preliminar dos 17 documentos que formam *o corpus* e que são do ano de 1896, em Santa Maria, ficou evidente que há uma movência de sentidos própria da leitura do analista e considerando a ideia de condição de produção dos atestados de óbitos em questão.

Percebe-se claramente que o atravessamento da ideologia no discurso ocorre considerando relevante o fato de que ela está ligada à Formação discursiva em que cada um dos grupos (GCC e GA) e seus membros estão: o discurso do médico num período em que havia como referência os estudos de medicina em língua estrangeira e não no português, implicando da explicitação das doenças que causaram a morte em outra língua que não a do autor; o discurso do intendente, que tem poder de mando, que ordena; o discurso do tenente, que uso a patente inferior como testemunha sem sua assinatura (só com a sua informação); o discurso do cidadão comum que precisa, na maioria das vezes (22 de 23) de outros para referendarem o que dizem.

Nas sequências discursivas destacadas na análise se percebem a opacidade da linguagem, sua ambiguidade, os aspectos de assujeitamento do sujeito, bem como as movências e fugas de sentido.

A noção de história e a noção de arquivo também serão consideradas por serem chaves na compreensão do que se diz sobre a morte e pela composição de um *corpus* que tem sentido na história local.

A voz de autoridade presente no despacho do intendente em 81 de 86 documentos do conjunto de mesma tipologia, mostra como ele se significava pela língua tendo a oportunidade de poder/dever dizer no discurso ideológico que lhe era permitido devido à posição sujeito que detinha.

O olhar do analista do discurso, conforme Orlandi (2007, p. 50) é “um gesto de interpretação” auxiliando a “compreender fatos da ordem do discurso” (ORLANDI, 2007, p. 51) levando em conta o discurso como “efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2007, p. 42), neste caso abrangendo um tempo de mais de 110 anos entre os sujeitos que redigiram os documentos (ou o despacharam) e o analista, pelos caminhos de entremeio da AD, re-significando este discurso sobre a morte.

Referências

ACHUTTI, Aliyzio (org.) **Cem anos de formação médica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

ARQUIVO Nacional (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2005.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria 1797 – 1933**. 3 ed. Santa Maria, RS: Ed. da UFSM, 2000.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EduFSCAR, 2009.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. IN: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília. (org.) **A palavra: forma e sentido**. Campinas, SP: Pontes Editores, RG Editores, 2007.

_____. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação** 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da velha matriz**: religião e política em tempos de ferrovia (Santa Maria 1884-1897). Dissertação de Mestrado. Mestre. Programa de Pós-Graduação em História das sociedades ibéricas e Americanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC-RS. 2007. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2007-03-20T055545Z-421/Publico/388367.pdf> Acesso em: 17 out. 2012.

MALDIDIER, Denise; GUILHAUMOU, Jacques. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. IN: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 9 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

_____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1980). IN: GADET, Françoise. HAK, Tony. (org). **Por uma análise automática do discurso**. 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

_____. **Análise do discurso**: textos selecionados. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. Ler o arquivo hoje. IN: ORLANDI, Eni P. **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3.ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.

PETRI, Verli. De "garganta do diabo" para "ponte sobre o vale do menino Deus": reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. RUA [online]. 2010, no. 16. Volume 1 - ISSN 1413-2109

SANTA MARIA. RS. Lei nº 3568 de 16 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:10eMVmRj-AEJ:www.camara-sm.rs.gov.br/2010/arquivos/legislacao/LM/1992/3568.pdf> Acesso em: 15 out. 2012.

SILVEIRA, Verli Fátima Petri da. Por um acesso fecundo ao arquivo. IN: **Letras**. Nº 21. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Santa Maria. Jul-dez.2000. Santa Maria, RS: Editora Pallotti, 2002. p. 121-125

VIVAR, Jorge Eduardo Enríquez; SILVA, Rosani Beatriz P. da; KONRAD, Gláucia Vieira Ramos (Org.). **Guia do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria**. Santa Maria: Editora da UFSM, 1999.